

A REVISTA VIRTUAL DO TRE-DF

ENTRETENIMENTO

EDIÇÃO JULHO 2023

NESTA EDIÇÃO:

Entrevista com o Desembargador Demétrius Gomes Cavalcanti
Mensagem de despedida da Médica Regina Santos
CPIF: O papel da sociedade no combate ao assédio

MENSAGEM DE DESPEDIDA DO TRE-DF DA MÉDICA REGINA A. C SANTOS

Durante a Sessão Plenária do dia 26 de junho, o Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE-DF) promoveu homenagem à Médica Regina A. C. Santos, ex-Coordenadora de Assistência Médica e Social, que anunciou sua saída da Corte após quatro décadas de dedicação ao órgão.

No discurso, o Presidente da Corte, Desembargador Roberval Belinati, explicou que, embora a homenageada esteja formalmente aposentada desde fevereiro de 2017, aceitou continuar ocupando cargo em comissão da Coordenadoria de Assistência Médica e Social a pedido das Administrações posteriores e atual, completando 38 anos de dedicação ao TRE-DF, período em que recebeu 24 elogios funcionais e foi homenageada com a Medalha do Mérito Eleitoral em 2001.

Após as homenagens prestadas à servidora, pedimos a ela que enviasse uma mensagem aos colegas de Tribunal. Nós a publicamos nesta edição da Revista. Confira:

“Em 1988, com a contratação de um Médico e um Auxiliar de Enfermagem, a partir da criação destes cargos no TREFD, foram iniciados os trabalhos do Serviço de Assistência Médica e Social, posteriormente denominado de Serviço de Assistência Médica e Odontológica e, mais a frente, CAMS – Coordenadoria de Assistência Médica e Social. A assistência oferecida era apenas direta com consultas no ambulatório do Tribunal.

Em 1992 foi aprovado o Regulamento do SAMO, e o iniciou-se o credenciamento de clínicas, hospitais, laboratórios, dentistas e médicos, com ampliação dos serviços oferecidos aos servidores, passando a existir assistência também indireta.

Em 1994 foram criadas mais uma vaga para médico e outra para cirurgião dentista, com a contratação de dois profissionais.

Ao longo dos anos outros servidores foram contratados: dois médicos e um enfermeiro. Depois outros profissionais da saúde foram requisitados: médicos, dentistas, psicóloga, auxiliares de enfermagem, além de servidores administrativos. Assim, a assistência à saúde dos servidores se ampliou, tendo sido implementado o Plano de Saúde de Autogestão de excelência, o TRE-Saúde, voltado para os servidores e seus dependentes.

Sempre estivemos atentos em oferecer aos servidores e dependentes um acompanhamento na área médica e odontológica, além das perícias relacionadas ao trabalho – licenças, juntas de avaliação, entre outros procedimentos.

Posso falar que fiz os exames admissionais de grande parte dos servidores, e acompanhei o crescimento profissional e pessoal – quantos casamentos, nascimentos de filhos e, com o tempo, netos!

Lembro-me de trabalhar nas apurações manuais das eleições, numa delas grávida, e depois, aos poucos, a introdução da Informática nos trabalhos!

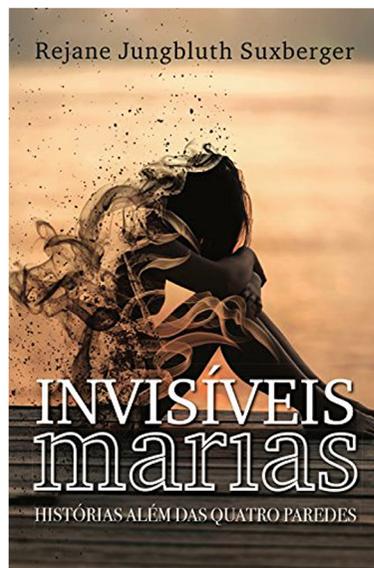
Agradeço a Deus por ter aberto as portas para trabalhar aqui neste Tribunal, há cerca de 40 anos! Aqui conheci muitas pessoas, fiz grandes amizades, amadureci como pessoa, como médica, como gestora de um Serviço Médico, que começou com uma sala e com o tempo se transformou na CAMS, da qual tenho orgulho e muito carinho.

Muito obrigada a cada pessoa que trabalha nesta Corte Eleitoral – magistrados, servidores, terceirizados, estagiários.

Deus abençoe a cada um de vocês e suas famílias!”

REGINA A. C. SANTOS





O PAPEL DA SOCIEDADE NO COMBATE AO ASSÉDIO

*Entrevista e reflexões a partir da palestra da magistrada Rejane Jungbluth Suxberger
Por Karen Fontenele**

No dia 4 de julho, a Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Moral (CPEA), em parceria com a Escola Judiciária Eleitoral (EJE-DF) e o apoio da Associação dos Servidores do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (ASTREDF), promoveu a palestra "Crimes sexuais contra mulheres: quando só o corpo fala". Apresentada pela Juíza do Tribunal de Justiça do Distrito Federal do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) Rejane Jungbluth Suxberger, a ação teve foco na prevenção dos assédios funcionais.

A magistrada possui Máster em Igualdade e Gênero pela Universidade Pablo de Olavide, Sevilha, Espanha e Mestrado em Direito pelo UniCEUB, na linha de Políticas Públicas. É autora dos livros "Invisíveis Marias: histórias além das quatro paredes" e "Violência contra a mulher e o sistema de justiça: epistemologia feminista em um estudo de caso".

Nessa edição da Revista, dias antes de sua palestra, conversei com a juíza, que compartilhou um pouco de sua experiência na magistratura e de seus estudos sobre gênero e igualdade. Durante a conversa, ela destacou que a obra "Invisíveis Marias: histórias além das quatro paredes" reconta casos e histórias que passaram por suas salas de audiência, utilizando pseudônimos, a fim de trazer visibilidade e identificação a vítimas para além das páginas dos processos, para mulheres que muitas vezes não se veem neste difícil lugar. Emocionada, a magistrada contou-me das mulheres ao seu redor que passaram a enxergar suas dores e sua condição somente a partir da leitura de seu livro.



Karen Fontenele – Presidente da Comissão de Participação Institucional Feminina da Justiça Eleitoral do Distrito Federal (CPIF). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília, é Mestre em Comunicação e Sociedade pela mesma instituição. Pesquisadora do Grupo Gênero, Comunicação e Sociabilidade da Universidade de Brasília (UnB).

Durante a palestra no TRE-DF, a Juíza trouxe dados sobre a violência contra a mulher: "Cerca de 70% das mulheres sofrem alguma violência no decorrer de sua vida apenas por pertencer ao sexo feminino", frisou Suxberger. Em relação à violência sexual, a magistrada destacou: "Uma a cada cinco mulheres sofre ou sofreu uma tentativa de estupro ou foi de fato estuprada ao longo da vida."

Em nossa conversa, a magistrada afirmou que ainda há muitos desafios na luta pela igualdade de gênero. Em relação ao fato de que muitos gestores e organizações ainda minimizam a importância do combate ao assédio nas instituições, a especialista destacou que falta empatia para enfrentar o tema nas organizações. A juíza destacou que as pesquisas revelam que a descriminalização de gênero ainda é um fator que inibe as denúncias: "Elas temem não ser acreditadas."

Suxberger destacou a importância de se repensar o androcentrismo do Sistema de Justiça Criminal: "Uma mulher, quando ela chega a esse sistema de Justiça, carrega todos os seus estereótipos e não há nenhuma ruptura. Quando ela chega ao sistema criminal, ela traz todas essas relações, com todo esse domínio, com toda essa opressão, o sistema que deveria protegê-la não o faz."

Em sua exposição, a especialista frisou o papel que as relações sociais do homem pouco ou nada influenciam em decisões em varas criminais, mas que essa lógica muda nas decisões relacionadas a crimes sexuais: "Um homem, um réu, quando está em uma Vara criminal, o fato de ele ter emprego, ter religião, pouco é considerado. Mas quando chega um crime sexual, quantas decisões eu já vi, quantos argumentos foram levantados porque aquele homem é um pai de família, ele tem emprego, tem religião."

Ao final, a palestrante trouxe casos e as respostas que foram dadas pelo sistema de Justiça, e frisou: "Dizer não ao assédio é equalizar nossa voz."

A potente, importante e embasada fala da magistrada é um convite a todos nós. Muito além de uma meta do Conselho Nacional de Justiça, o combate ao assédio em todas as suas formas é uma urgência. O silêncio das vítimas deve definitivamente rompido. As "invisíveis Marias" ganharão vozes – não só nas páginas magistradas da especialista com a qual eu tive a honra de aprender na virtualidade da entrevista e da palestra – mas no cotidiano. Nos tribunais, nas ruas, nos canais de denúncia, no Ministério Público, no grito do não-consentimento, no silêncio após a piada que não serve, em um século que não comporta a misoginia, o desrespeito, a perversidade, a afronta à dignidade. E essa não é uma luta apenas das mulheres. Ela é de todos. Sejam todos bem-vindos à vez e à voz do Direito.



Rejane Jungbluth